

A renda da terra e a moderna formulação do imposto de renda único na obra de Henry George

Maria Heloisa Lenz

Introdução

A renda da terra é sem dúvida uma das categorias mais polêmicas dentro da história do pensamento econômico. Foi uma das bases da teoria ricardiana que, com sua teoria dos rendimentos decrescentes, mostrou as conexões da renda da terra com a taxa de lucro e com a acumulação de capital e o conseqüente antagonismo entre os proprietários da terra e os capitalistas. Malthus, em sua resposta a Ricardo, propôs que a renda fosse vista como em excedente legítimo que caberia ao proprietário da terra e que através de seu gasto se garantisse a demanda efetiva necessária para evitar as crises do sistema capitalista. Marx aproveitou a teoria ricardiana da renda diferencial para advogar a existência de um outro tipo de renda fundiária, a renda absoluta, advinda da composição orgânica do capital e do monopólio da propriedade privada da terra. Marx também criticou a forma que a propriedade fundiária teria assumido na moderna sociedade industrial e também mostrou a ambigüidade dos capitalistas frente a uma provável luta pela supressão da propriedade privada da terra.

Depois de atingir o seu apogeu na economia clássica o estudo da renda da terra foi relegado a um papel pouco expressivo. Com o aparecimento do marginalismo, em 1870, houve a introdução de uma nova metodologia de análise baseada em uma teoria do valor e distribuição de caráter subjetivo, onde as classes sociais desapareciam como atores na determinação do excedente econômico, e entravam em cena os fatores de produção. Agora a ótica dominante passava a ser o nível microeconômico, sendo necessário o exame de segmentos particulares da economia, como as empresas e as unidades familiares, visando explicar os preços individuais de bens e fatores e a alocação de recursos entre usos alternativos.

Enquanto na economia clássica a estrutura de

classes era a definidora, agora a nova estrutura teórica passava a ser o comportamento da composição do produto no mercado em períodos cuidadosamente delimitados, não havendo mais a preocupação com o produto total. A economia examinada era composta de fatores produtivos e não mais de classes sociais, como ocorria com a economia clássica. A produção era simplesmente uma questão de combinação dos fatores de produção, trabalho, capital e terra, cada um dando sua contribuição para o produto final. O lucro deixava de ser um resíduo, passando a ser uma remuneração do capital; o trabalho deixava de ser medido ao nível de subsistência da classe operária para a ser a remuneração marginal do trabalho e a renda da terra passava a se constituir apenas na remuneração marginal da terra, perdendo assim todas as características peculiares que lhe tinham sido atribuídas na economia clássica.

O ocaso que sofreu a categoria renda da terra como objeto de estudo a partir desse período não foi um caso isolado, tendo acontecido com inúmeros outros temas, e, como já foi colocado, deveu-se principalmente à substituição da escola clássica do valor pela escola neoclássica.

O novo enfoque analítico trazido pelo marginalismo inverteu a ordem anterior de prioridades, pois agora o que adquiria supremacia, o que virava foco de atenção, era a análise do processo de como um sistema de mercado distribui os recursos da economia, entrando no jogo econômico a preocupação com a idéia de maximização. Como se vê, eram termos estranhos à tradição clássica. (BARBER, 1967, p. 174)

Entretanto a especificidade da terra continuou sendo objeto de diversas escolas do pensamento econômicos contemporâneo, constituindo-se, recentemente, em um ponto importante da teoria sraffiana, indicando a necessidade de sua

incorporação às novas correntes da teoria econômica.

O presente estudo tem como objetivo analisar as principais idéias de Henry George sobre a renda da terra e a sua proposta sobre a criação de um imposto único na economia. A sua escolha deve-se em primeiro lugar ao aspecto polêmico que envolveu a obra de

H. George e principalmente porque a sua teoria da renda se constitui em um prolongamento da análise ricardiana e uma oposição ao tratamento dado pelos marginalistas a essa categoria. Em segundo lugar trata-se de dar continuidade à linha de pesquisa por nós iniciada com o estudo da renda da terra nas obras de Ricardo e Marx (LENZ, 1981), seguido pelo trabalho onde foi analisado o debate sobre esta categoria entre Ricardo e Malthus (LENZ, 1985). Mais recentemente a pesquisa teve prosseguimento com os estudos das obras de Adam Smith (LENZ, 1993) e dos autores marginalistas, Jevons, Menger, Böhm-Bawerk e Marshall (LENZ, 1995).

A escolha de Henry George além de se constituir em uma abordagem peculiar dessa categoria por ele ter tirado fortes conclusões política e sociais da renda da terra, também possibilitará examinar as rupturas metodológicas em relação aos seus predecessores e a verificação da sua real contribuição teórica.

Contextualização da Obra de Henry George

Henry George foi marinheiro, repórter, editor e ativista político antes de se dedicar a escrever sobre economia política. Na Califórnia no período de 1858 a 1880, época de sua formação, como um editor e político liberal ele teve a oportunidade de observar em primeira mão os conflitos entre os interesses dos proprietários de terra e os colonos famintos de outro. A sua doutrina da renda da terra e do imposto único deve muito a esta experiência.

A sua obra mais importante foi **Progress and Poverty** em 1879, que se constituiu em uma obra eloquente e desafiante, tornou-se um best-seller sobre teoria e política econômica.

Marx colocou que a proposta de imposto único de George era consistente com a "economia política burguesa" e que **Progress and Poverty** representou "o última tentativa de salvar o regime capitalista" (MARX, 1881)

Nesta caracterização Marx estava certo, pois a despeito do que disseram seus críticos Henry George foi um reformulador na tradição clássica liberal. Ele se opôs ao poder corporativo não regulado, monopolístico e as tarifas protecionistas e defendeu a causa dos pequenos negociantes e pequenos proprietários. Ele acreditava que "A linha própria entre o controle governamental e o individualismo é onde a competição falha em assegurar a liberdade de ação e a liberdade de desenvolvimento". (Standart, July. 30, 1887).

Enquanto ele negava que os indivíduos tivessem o direito moral e legal para a própria terra - uma crença também repartida por J S Mill - ele se opôs a sua nacionalização porque "o favoritismo e a corrupção poderiam acontecer se o Estado interferisse com os arrendatários da terra" (GEORGE, 1981, p. 405.)

H. George e a Economia Política

A teoria clássica da renda da terra sempre foi utilizada como um instrumento de reforma social. Importantes pensadores tais como Ricardo e Malthus no sec. XVIII tiraram fortes conclusões políticas e sociais da análise da renda da terra. Todos esses escritores, com raras exceções foram unânimes em tratar a renda como um excedente imerecido no sentido de não ser fruto do trabalho.

Embora George tenha feito uma penetrante crítica da teoria clássica da distribuição, ele sem dúvida aceitou seus principais postulados, podendo o seu trabalho ser considerado na tradição ricardiana, não se engajando na nova doutrina da produtividade marginal. Ele afirmava que o valor de uma coisa em qualquer hora e lugar é ainda a maior quantidade de esforço que qualquer um entregará na troca por ela. (GEORGE, 1981 p. 250).

George ocasionalmente apelou para a evidência empírica, mas na maioria das vezes ele defendeu as proposições da teoria clássica no campo axiomático. Para George a característica mais objetável da "nova escola" dos economistas neoclássica foi sua recusa de aceitar como veracidade eterna certos postulados clássicos. Segundo ele: "Assim pode ser dito que a ciência da economia política, fundada por Adam Smith e ensinada oficializada em 1880, foi agora abandonada, seus ensinamentos referidos como 'a escola clássica' da economia política agora obsoleta." (Henry Complete Works, 1911, p. 444).

Teoria da Distribuição e da Renda da Terra

Na sua principal obra *Progress and Poverty* George define o seu “problema de investigação” como o aumento da carência com o aumento da riqueza. Contudo é a sua teoria da distribuição de renda, não a da explicação da depressão e da pobreza, que se constitui o coração da análise de George.

George entendeu como sua principal tarefa a “coordenação e correlação” de partes da teoria clássica da distribuição de renda. Deve ser lembrado que no modelo ricardiano, o salário real era determinado pelos custos da produção agrícola na terra marginal e que estes custos determinam os lucros e o nível de investimento. Renda era um resíduo que aumentava relativamente quando o cultivo nas terras marginais aumentava, ou quando a margem de cultivo caía. George refuta o fatalismo da teoria malthusiana e atribui os baixos salários e o desemprego mais pela escassez artificial da terra e pelas barreiras para o livre comércio. Em uma abordagem mais direta, ataca a teoria do fundo de salários e a teoria clássica dos juros e coloca que tanto a renda como os juros e os salários são determinados simultaneamente no cultivo marginal. Mas a similaridade de sua teoria da renda com a teoria de Ricardo é que em ambas a produtividade marginal da terra tem um papel crucial. A sua aderência a teoria do valor trabalho aparece quando ele afirma “Assim a renda ou o valor da terra não provem da produtividade ou da utilidade da terra. mas simplesmente pelo poder de segurar uma parte do resultado da produção” (GEORGE, 1981, p.166)

Segundo ele na medida em que não existe nenhuma ocupação na qual o trabalho e o capital podem ocupar-se que não requeiram o uso da terra as suas remunerações, o salário e os juros, também são determinados pela “lei da renda”. Assim; “Suponhamos que, por exemplo, uma comunidade em que o trabalho e do capital sejam devotados parte na agricultura e parte na manufatura. A pior terra cultivada produz uma média de retorno a qual nos chamamos 20, e 20 portanto será a média de retorno para o trabalho e para o capital, tanto na agricultura como na manufatura. Supomos agora, que por alguma causa permanente os retornos na manufaturas sejam agora reduzidos para 15. Claramente, o trabalho e o capital engajados na

manufatura mudarão para a agricultura; e o processo não parará até, tanto pelo cultivo das terras inferiores ou para pontos inferiores da mesma terra, ou pelo um aumento no valor relativo dos bens manufaturados, por causa da diminuição do produto- ou- por ambos processos- o produto do trabalho e do capital em ambos os propósitos terem sido trazidos novamente para o mesmo nível.... E, assim, para dizer que a renda será o excesso de produtividade sobre a produção na terra marginal, ou no ponto mais baixo, do cultivo, é a mesma coisa que dizer que ela será o excesso de produção sobre a mesma quantidade de trabalho e capital obtida na menos operação remunerada”. (GEORGE, 1981 p. 169-170).

Coerentemente George conclui que sua teoria da renda é apoiada na idéia dos salários e juros como um resíduo.

“ Colocando inversamente, a lei da renda é necessariamente a lei dos salários e dos juros tomados juntos, porque a asserção que não importa que a produção que resulte da aplicação de trabalho e do capital, esses dois fatores receberão em salário e juros somente a parte do produto que eles poderiam ter produzido na terra livre sem o pagamento da renda- isto é, a última terra produtiva em uso” (GEORGE, 1981 p. 171)

Ou colocando em forma algébrica:

Como Produção= Renda + Salários+ juros

Portanto, Produção-renda= Salários+ juros

Assim, salários e juros não dependem do produto do trabalho e capital, mas sobre o que é deixado depois que a renda é tirada ou sobre o produto que eles poderiam obter sem o pagamento da renda- isto é, da pior terra em uso. E então, não importa o que está no aumento no poder produtivo, se o aumento na renda o acompanha no mesmo passo, nem o salário nem os juros podem aumentar.” (GEORGE, 1981,p171)

Pode-se dizer que George pouco avançou em relação a teoria da distribuição ricardiana e sua definição de renda também não difere substancialmente das dos clássicos e marxista na medida em que ele reforça o seu aspecto de monopólio.

“Renda, em resumo-é o preço do monopólio, advém da redução da propriedade individual dos elementos naturais que o esforço humano não podem nem produzir nem aumentar” (GEORGE,

1981, p. 167)

Para George quando a renda aumenta, salários e juros devem cair, e sua questão vai na direção de explicar porque a renda tende a aumentar.

Dado que ele rejeita a doutrina malhusiana, a análise de George da interrelação entre aumento da população, produto total, e renda difere da ricardiana. Ele concorda que aumento na população tem como efeito aumentar a renda por baixar a margem de cultivo. Mas George também coloca que o crescimento da população aumenta o produto total, por afetar as economias externas, aumentando a divisão do trabalho e a extensão dos mercados, numa posição bem smithitiana. A sua conclusão, de que tanto o produto e como a renda aumentam juntos, é uma outra face da sua teoria da distribuição de George. Isto fica refletido na seguinte passagem:

"Assim, aumento da população, quando ela opera para estender a produção para níveis naturais mais baixos, causa, o aumento da renda e a redução dos salários como uma proporção, e pode ou não pode reduzir salários como uma quantidade; enquanto ela algumas vezes pode, e provavelmente nunca faz, reduzir a produção agregada da riqueza quando comparada com o gasto agregado do trabalho, mas contrariamente aumenta, e freqüentemente aumenta muito mais." (GEORGE, 1981, p. 234)

Para suportar sua análise populacional, George introduz a renda de escassez que aumenta somente com o crescimento da população e não está relacionada com as margens de cultivo. Aumento na população aumenta a renda por ressaltar as capacidades especiais da terra de outra maneira latente, por especiais capacidades para terras particulares. (GEORGE, 1981, p. 234). Aqui George tem em mente áreas urbanas densamente populosas e ele vê este aumento da renda como o mais importante efeito do crescimento da população.

Como um segundo fator sobre o nível da renda é a mudança tecnológica, A sua posição em relação a esta questão está claramente expressa na seguinte parte:

"....cada invenção ou melhoramento, não importa qual seja, que dá para o trabalho o poder de produzir mais riqueza, causa o aumento na demanda por terra e seu produto direto, e assim tende a forçar para baixo a margem de cultivo exatamente como seria a demanda causada por um aumento na população. Isto sendo a causa, cada invenção

poupador de trabalho, seja um telégrafo, uma máquina de costura, uma máquina de imprensa, tem a tendência de aumentar a renda" (GEORGE, 1981, p. 249)

Em nenhum lugar de sua obra George adventa a possibilidade de uma mudança tecnológica poupadora de terra.

Especulação de Terras e Crise Econômica

Um dos fatores mais interessantes da análise de George é a relação estabelecida por ele entre a especulação de terras e as chamadas crises de demanda agregada, que se revela um de seus principais objetivos. Segundo ele a especulação de terras tem grande responsabilidade como um fator determinante para o aumento da renda da terra e rebaixamento da margem de cultivo. Na medida em que ele rejeitada fortemente a doutrina populacional malhusiana, a terra para especulação passa a ter um papel comparável com o exercido pela pressão populacional no modelo de Ricardo.

A análise de George sobre o efeito da especulação da terra, e as recorrências das depressões econômicas, pode ser encontrada na seguinte passagem:

"Em comunidades progressivas na qual a população está crescendo e um progresso tecnológico sucede a outro, a terra deve aumentar constantemente de valor. Este aumento constante leva a especulação na qual aumentos futuros são antecipados e o valor das terras fica acima das condições de produção. E então a produção começa a parar. Na agricultura os especuladores por deterem as terras mais favoravelmente localizadas e férteis do mercado, baixam a margem de cultivo e aumentam a renda, que George chama de "rent line". Como resultado o retorno do trabalho ou do capital - salário e juros - declinam. A depressão econômica se materializa quando: 1) a taxa de juros declina abaixo do nível do qual o capital pode ser "mantido"; e 2) quando a demanda efetiva fica indeterminada pelo declínio das taxas de salários. De acordo com George a depressão continua até que:

"1) o avanço especulativo avança nas rendas que tinham sido perdidas; ou 2) o aumento na eficiência do trabalho, devido ao crescimento da população e o progresso dos melhoramentos, tinha capacitado a "rent line" normal para colher a rent line especulativa; ou 3) capital e trabalho tinham tornado

reconciliados para se engajar na produção por retornos menores. Ou o mais provavelmente, todas essas 3 causas poderiam cooperar para produzir um novo equilíbrio, na qual todas as forças de produção poderiam se novamente se engajar, e e uma nova temporada de atividades aconteceria; renda poderia começar aumentar novamente, o aumento especulativo tomaria lugar novamente, a produção novamente detida, e o mesmo processo começará novamente”(GEORGE, 1981,p.265)

A teoria de depressões econômicas de George é resultado de seus pressupostos implícitos. Os pressuposto do modelo de George são: Primeiro, que todas as atividades econômicas envolvem o uso da terra em proporções relativamente inflexíveis assim que quando a terra é retirada capital e trabalho são redundantes; Segundo, que a troca tecnológica poupadora-terra não é suscetível para aumento especulativo no valor das terras. Dados esses pressupostos a tendência é que os requerimentos em terra devem aumentar com o nível de produção em uma taxa quase fixa. Em tais circunstâncias o retorno de todos os meios de produção seriam limitados pela produtividade da terra marginal. Sobre a importância que George atribui a terra a seguinte passagem é extremamente esclarecedora: “Quando nós falamos do trabalho criando riqueza nós falamos metafóricamente. Homem nada cria. Se toda a raça humana trabalhasse para sempre, não poderia criar o menor moto que flutua no raio solar,- poderia não fazer rolar essa esfera rolante um átomo mais pesado ou um átomo mais leve. Na produção da riqueza, trabalho com a ajuda das forças naturais, mas funciona, em formas desejadas, questões pré-existentes, e, para produzir riqueza, deve, portanto, ter acesso a estas questões e para estas forças - isto para dizer, para a terra. A terra é a fonte de toda a riqueza.” (GEORGE, 1981 p. 272)

A proposta de imposto único

A proposta tributária de George era do aumento “ad valorem” da taxa de imposto sobre a propriedade da terra nua- definida de uma forma ampla como “todas as oportunidades naturais”- e assim socializar a renda, sem carga excessiva. Ele propôs a eliminação de todos os demais impostos, que ele denominava de barreiras ao comércio, ao emprego, e a formação de capital. A receita desse imposto, que seria na sua opinião neutro, teria a função de

lubrificar o mercado de terras como um todo, forçando toda a terra a ser utilizada, pois seria retirado o incentivo para a especulação.

A adoção desse imposto faria com que se abrisse novas oportunidades tanto para o trabalho como para o capital. Sua principal preocupação foi com o trabalho pois ele via o capital como produzido por trabalho.

É importante salientar que George queria uma redistribuição radical mas sem revolução. Ele foi o pioneiro na proposta do imposto único- se desconsiderarmos a proposta fisiocrática feita em outro contexto histórico- e da idéia de que se poderia redistribuir riqueza sem causar problemas no mercado.

A ligação que ele estabeleceu com a teoria da renda da terra foi que ela além de se constituir na base do imposto seria o limite superior do gasto do governo. Na verdade a mensagem de George era da promessa de pleno emprego e salários mais altos, pela colocação no mercado de terras de terras que estão fora de uso em função da especulação.

Considerações Finais

Como foi visto George trabalhou dentro da tradição clássica e ricardiana na sua teoria da renda da chegando a conclusões similares, de que a tendência histórica do cultivo de terras é a subida do preço dos produtos agrícolas e do aumento da renda da terra, em razão da escassez de terras férteis , tendo como consequência o aumento de poder e da riqueza dos proprietários de terra. A diferença é que George rejeitou a teoria da população malthusiana e deu principal relevo para a especulação das terras e para as crises de demanda agregada. Enquanto que da teoria da renda de Ricardo saiu a sua proposta de política econômica para a Inglaterra importar trigo mais barato a assim enfrentar o aumento da renda e o poder dos proprietários de terra, George a utilizou para a sua proposta de imposto único sobre a terra.

A sua atuação como advogado do imposto e da reforma da posse da terra não encontrou apoio político importante. Embora ele tenha falhado na aprovação de seu programa de imposto único ele fez seus mais importantes opositores conscientes das questões sociais e econômicas que envolvem a produção da riqueza não provenientes do trabalho humano. A sua obra também foi importante para alertar recorrência de depressões e a persistência

da pobreza. Finalmente cabe apontar que a sua proposta do imposto único foi objeto de intensa discussão no final de sec. XIX e capturou o interesse do proeminentes economistas.

Bibliografia

DEANE, F. (1981). *A evolução das idéias econômicas*. Rio de Janeiro: Zahar.

DOBB, M. (1977). *Teorias do valor e distribuição desde Adam Smith*. Lisboa: Presença Martins Fontes.

GEORGE, H. *Progress and Poverty*. Robert Schalbennbach Foundation, New York, 1981.

KEIPER, J. et al. (1961). *Theory and measurement of rent*. New York: Clinton Company.

LENZ, M. H. (1981). *A categoria econômica da renda da terra*. Porto Alegre/FEE. (Teses, 1). ,

LENZ, M. H. (1985). *A teoria da renda da terra: Ricardo e Malthus*. *Ensaio FEE*, Porto Alegre, v.6, n.1, p.81-104.

LENZ, M. H. (1993) *A Teoria da Renda da Terra em Adam Smith*. *Ensaio FEE*, Porto Alegre, (14), 1993

LENZ, M. H. (1995) *A Teoria da Renda da Terra no Limiar do Pensamento Neoclássico*, *Ensaio FEE*, Porto Alegre, (16), 1995

MARX, K. (1983). *Teorias da mais-valia*. In: MARX, K. *O capital*. São Paulo: DIFEL. v.2 (História Crítica do Pensamento Econômico, livro 4)

RICARDO, D. (1975). *Princípios de economia política e de tributação*. Lisboa: Fundação Calustre Gulbenkian.

ROLL, M. (1977). *História das doutrinas econômicas*. São Paulo: Nacional.

SCHUMPETER, J. (1964). *História da análise econômica*. São Paulo: Fundo de Cultura.

SMITH, A. (1978). *An inquiry into the nature and causes of the wealthy of nations*. Cambrige, Engl.

SMITH, A. (1981). *Inquérito sobre a natureza e as causas da riqueza das nações*. Lisboa: Fundação Calustre Gulbenkian.